

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA | CONFERÊNCIA INAUGURAL

CIDADE ANTIGA

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

Organização | Programa | Conferência inaugural
I - Cidade Antiga

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA SESSÃO DE ABERTURA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

PRÓLOGO

pág. 35

Poblaciones en transformacion: las ciudades a traves del tiempo

Diego Ramiro Farinas

CONFERÊNCIA INAUGURAL

pág. 43

Perseguir a História Social a partir do Repositório Genealógico - desafio sempre em aberto

Uma aplicação sobre Guimarães dos quatro últimos séculos

Maria Norberta Amorim, Antero Ferreira, Amaro das Neves, Filipe Salgado

CIDADE ANTIGA

CONFERÊNCIA

pág. 75

Cidade Antiga e Sociedade: Narrativas e Diálogos Interdisciplinares

Manuela Martins, Gilvan Ventura da Silva

COMUNICAÇÕES

pág. 111

Estratégias familiares e disputas políticas na África proconsular: o caso da cidade de OEA (Séc. II d.C.)

Belchior Monteiro Lima Neto

pág. 125

Como e onde se enterrava em *Bracara Augusta*?

Cristina Maria Vilas Boas Braga

pág. 155

Reflexões sobre a economia de *Bracara Augusta*. O contributo dos tesouros monetários

Diego Santos Ferreira Machado

pág. 177

A Concorrência Política e Cultural entre as cidades de Antioquia e Beirute na Antiguidade Tardia:

Libânio e a defesa das Escolas de Retórica em oposição às Escolas de Direito (séc. IV d.C.)

Érica Cristhyane Moraes da Silva

pág. 195

Entre os espaços e os homens: reconstrução do quotidiano doméstico

Fernanda Magalhães, Manuela Martins

pág. 219

O custo com os trabalhadores da construção e atividades subsidiárias. O caso de *Bracara Augusta*

Jorge Ribeiro

pág. 245

Vrbi et orbi: a cidade como definidora de romanidade nos *annales* de Tácito

Manuel Rolph Cabeceiras

pág. 261

Esparta katà kómas: organização espacial do território (VIII-V a.C.)

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

pág. 279

Cidades Gregas na Calábria Antiga: A configuração dos territórios de Lócris e Régio (sécs. VII-V a.C.)

Maria Beatriz Borba Florenzano

pág. 301

El extranjero en la ciudad: formas de integración privadas

Ma Dolores Dopico Caínzos

pág. 325

The notion of polis in Aristotle's *Politics*

Patricio Tierno

pág. 341

Paulo e as Comunidades: Debates acerca das diferenciações das Comunidades Urbanas Paulinas e Conflitos sobre a Participação Feminina

Roberta Alexandrina da Silva

pág. 361

La cerámica de producción bracarense como indicador de las actividades económicas, gustos y costumbres de los habitantes de *Bracara Augusta*: Nuevas aportaciones

Sara Barbazán Domínguez, Manuela Martins, Eduardo Ramil Rego, Fernanda Magalhães

pág. 387

Mulheres e urbs: estudos sobre sociabilidades femininas em cidades romanas entre o IV e V séculos d.C.

Silvia M. A. Siqueira

Estratégias familiares e disputas políticas na África proconsular: o caso da cidade de OEA (Séc. II d.C.)

Belchior Monteiro Lima Neto

Professor de História da África do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais
da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império
Romano, Seção do Espírito Santo (LEIR/ES).

belchior67@hotmail.com

Resumo

Entre os séculos I e II d.C., Oea foi agregada ao Império Romano e passou por uma série de modificações sociais e políticas, verificadas, em alguma medida, por meio do testemunho do norte-africano Apuleio, que viveu na cidade entre os anos de 157 e 159. Por intermédio de sua *Apologia* e com o auxílio do *corpus* epigráfico remanescente de Oea, observa-se a existência de conflitos políticos e familiares no interior da aristocracia oeaense, evidenciando as diferentes estratégias empregadas pela elite local no intuito de se inserir na sociedade romana. Tais conflitos demonstram o quanto a expressão “elite cidadina provincial”, comumente utilizada para denominar a ordem dos decuriões das diferentes regiões dominadas por Roma, reproduz, na maioria das vezes, uma generalização que encobre uma considerável heterogeneidade. Em grande medida, não se pode falar de uma elite homogênea, política e culturalmente unida e monolítica no interior das inúmeras cidades romanas do Norte da África. O que se observa é a existência de diferentes grupos, com interesses distintos e – não raras vezes – divergentes, podendo cada grupo responder de forma diversa à nova realidade advinda da submissão de sua cidade natal ao Império Romano.

Palavras-chave: Império Romano; Oea; elite cidadina; Apuleio de Madaura; *Apologia*.

O Império Romano foi uma realidade culturalmente diversa e de difícil definição. Citando Revel (2011, p. 2): “[...] mais do que esperar homogeneidade, necessitamos reconhecer que houve um inerente paradoxo de similaridade e de variabilidade, como parte fundamental da identidade romana”.¹ Corroborando com esta visão, Janet Huskinson (2000a, 2000b) observa a existência, entre os séculos I a.C. e II d.C., de um *common ground* de elementos compartilhados, em grande medida, pelas diversas elites que compunham o *orbis Romanorum*.² O domínio do latim, a posse da cidadania romana, a participação nos cargos públicos, nos cultos e nas festividades cívicas, o gozo das benesses urbanas nos teatros, anfiteatros e termas e a difusão de uma educação baseada na *paideia* eram elementos comuns que davam significado àquilo que poderia ser denominado como romano. Tal concepção, não invalidaria, para Huskinson (2000a, p. 121), a dinâmica multifacetada das sociedades provinciais, uma vez que esse *common ground* era diversamente assimilado pelas diversas etnias submetidas ao domínio romano, que ressignificavam, de acordo com seus interesses e com suas próprias tradições, os elementos comuns da romanidade.

O modo como este *common ground* romano fora diferentemente experimentado pelas sociedades provinciais fica evidente quando nos aproximamos da realidade vivida, em meados do século II d.C., pela aristocracia cidadina de Oea, cidade localizada na região norte-africana da Tripolitânia. Por intermédio da *Apologia* de Apuleio e com o auxílio do *corpus* epigráfico remanescente de Oea, observa-se a existência de conflitos políticos e familiares no interior da elite oeaense, evidenciando as diferentes estratégias por eles

¹ Pode-se conceber o Império Romano, à época do Principado, como uma intrincada rede de cidades submetidas a um Estado concêntrico – com epicentro em Roma – que exercia sua hegemonia por meio de relações de troca de poder e de riqueza com as diversas elites que compunham a chamada *oikouménē* romana (MENDES, 2004, p. 259).

² A apropriação desse *common ground* romano não se limitou, obviamente, às elites locais. Pensando-se, como Ginzburg (2006), no conceito de circularidade cultural como formas de inter-relação culturais entre diferentes estratos sociais, percebe-se a existência de diversas situações cotidianas em que essa “cultura de elite” poderia ser disseminada e assimilada pelos *humiliores*, como no caso dos eventos realizados nos teatros, anfiteatros, basílicas e circos, abertos a um público muito mais amplo do que somente o *ordo decurionum* local.

empreendidas no intuito de se inserir na sociedade romana imperial. Tais conflitos demonstram o quanto a expressão “elite cidadina provincial”, comumente utilizada para denominar a ordem dos decuriões das diferentes regiões dominadas por Roma, reproduz, na maioria das vezes, uma generalização que encobre uma considerável heterogeneidade. Em grande medida, não se pode falar de uma elite homogênea, política e culturalmente unida e monolítica no interior das inúmeras cidades romanas – ou romanizadas – do Norte da África. O que se observa é a existência de diferentes grupos, com interesses distintos e – não raras vezes – divergentes, podendo cada grupo responder de forma diversa à nova realidade advinda da submissão de sua cidade natal ao Império Romano.

Apuleio foi um autor norte-africano com grande notoriedade como escritor, orador e filósofo, tendo nascido por volta de 120 na cidade de Madaura, na Númídia.³ Entre os anos de 157 e 159, o autor estabeleceu residência em Oea e se casou com a rica viúva Emília Pudentila, a pedido de Ponciano, filho mais velho da viúva (Apul., *Apol.*, 73, 2-4). O casamento colocou Apuleio em conflito com parte da elite cidadina de Oea, principalmente com o irmão do primeiro marido de Pudentila – Sicínio Emiliano – e o filho mais novo da viúva – Pudente –, insatisfeitos com as núpcias de Pudentila com um *homo extrarius* e com o consequente rompimento da *sponsalia* firmada com Sicínio Claro, contrato nupcial que mantinha as relações políticas/matrimoniais entre os *Sicinii* e os *Aemilii* intactas.⁴

Não se sabe, ao certo, quais os interesses envolvidos no casamento de Pudentila com Apuleio, nem mesmo as motivações que animaram Ponciano a propor ao autor madaurense desposar sua mãe (Apul., *Apol.*, 73, 4). É possível, ao menos, sugerir certas conclusões ante alguns dados fornecidos em *Apologia* e corroborados pela epigrafia existente em Oea, que indicam que o imbróglie entre Apuleio, os *Sicinii* e os *Aemilii* tinha como pano de fundo diferentes estratégias empreendidas por ambas as famílias frente aos novos imperativos impostos pelo domínio romano na Tripolitânia.

³ Em relação às obras escritas por Apuleio, há uma variedade ampla de estilos. Encontram-se discursos, textos filosóficos, poesias, novelas latinas, hinos, panegíricos, tratados de botânica, zoologia, medicina, astrologia, entre outros. Em suma, Apuleio era um autor polivalente e versado em diferentes gêneros literários, escrevendo tanto em grego quanto em latim. Da vasta produção do autor, chegaram à contemporaneidade apenas 6 obras: uma novela latina (*Metamorphoses*), três tratados filosóficos (*De Platone, De Mundo e De Deo Socratis*), um discurso jurídico (*Apologia*) e uma antologia de discursos laudatórios (*Florida*).

⁴ Pode-se inferir que a associação entre as duas famílias – *Aemilii* e *Sicinii* – remontava a épocas muito mais antigas, estendendo-se por um período de tempo anterior ao próprio casamento entre Emília Pudentila e Sicínio Amico. Conforme a onomástica romana, o nome de um indivíduo era composto por seu prenome, secundado pela alcunha gentílica e finalizado pelo da família, sendo, no caso das mulheres, inexistente o prenome (SMITH, 2006, p. 15-18). Dessa forma, Emília Pudentila fazia parte da *gens* Emília e da família Pudente. Observando-se que o outro irmão de seu falecido marido se chamava Sicínio Emiliano – não se sabe qual seria o seu prenome –, é possível supor uma relação duradoura e tradicional entre as duas *gentes*, visto que um dos três filhos do patriarca dos *Sicinii* possuía, como denominação de seu ramo familiar, a alcunha dos *Aemilii* (BRADLEY, 2012b, p. 52).

Verifica-se, por intermédio de *Apologia*, que os *Sicinii* e os *Aemilii* encarnavam duas diferentes posições assumidas pelos grupos constituintes da aristocracia oeaense. Infere-se que ambas as famílias percebiam de modo diverso a *paideia*, e, por conseguinte, os benefícios advindos de uma educação greco-romana. No tocante aos *Sicinii*, o autor madaurense enfatiza as atitudes e as ações das personagens Sicínio Emiliano e Pudente, caracterizados como rústicos e ignorantes no que tange à *paideia*, isto é, o conjunto de aprendizados literários, retóricos, oratórios, políticos, filosóficos e mitológicos, que constituía a formação político-cultural greco-romana, componente indispensável para a obtenção de uma posição de destaque na sociedade imperial. Nesse sentido, Pudente teria “abandonando os estudos liberais”, “balbuciava nada mais do que alguns monossílabos em latim” e seria “destinado a se parecer mais com seu tio Emiliano do que com seu irmão Ponciano” (Apul., *Apol.*, 28, 7-9).

Ponciano, em termos de formação educacional, aproximava-se mais de sua mãe do que de seus demais parentes paternos. Emília Pudentila é representada por Apuleio como uma mulher bem-educada e versada nas línguas grega e latina, o que poderia ser um sinal de uma maior preocupação da *gens Aemilii* no tocante à *paideia* (Apul., *Apol.*, 87, 5). Em relação a Pudentila e Ponciano, observa-se a vinculação de ambos aos valores preconizados pela *paideia*, recurso fundamental para galgar-se posições de destaque na hierarquia imperial. Não à toa, Ponciano fora enviado para a escola do *rhetor*, em Atenas, sendo companheiro de estudos de Apuleio, com quem compartilhava a erudição e a iniciação filosófica (Apul., *Apol.*, 72, 3).⁵

Explorando a epigrafia referente à Oea, fica patente as estratégias divergentes de ambas as famílias. Enquanto que para os *Sicinii* se verifica um completo silêncio epigráfico, em relação aos *Aemilii* é possível identificá-los como responsáveis pela dedicação de templos, estátuas e benesses públicas em homenagem às personagens mais importantes do Império, expediente imprescindível no intuito de reforçar laços de amizade e de garantir futuras recomendações a cargos prestigiosos na burocracia imperial (*I.R.T.*, 230; 240; 241).

Em uma destas inscrições, comemora-se a construção do templo ao culto do Gênio colonial de Oea, erigido em 185 por Lúcio Emiliano, personagem pertencente à *gens Aemilii* que ostentava o posto de procônsul e o *status* senatorial. Tal fato reforçaria a inferência acerca das estratégias de emergência social dos *Aemilii*, haja vista a ascensão de um membro da família – cerca de 26 anos após o julgamento de Apuleio – aos escalões superiores da sociedade imperial. Os fragmentos do texto epigráfico nos oferecem a seguinte informação: Ao imperador Cesar Marco Aurélio Cômodo Antônio Augusto Pio, pai da pátria; Lúcio Emiliano, filho de Lúcio, da tribo romana Quirina, cônsul, procônsul da Ásia, para o Gênio

⁵ Por volta dos 15 anos, aqueles cuja família dispusesse de recursos suficientes poderiam adentrar na escola do *rhetor*, onde teriam a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos em gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, música, astronomia e filosofia (SILVA, 2010, p. 8).

da colônia [...]; também legou um milhão de sestércios para os cidadãos e jogos (*I.R.T.*, 230).⁶

Corroborando tais dados apresentados pela epigrafia existente em Oea, pode-se também citar o caso de *Aemilius Frontianus*, membro da família dos *Aemilii* proveniente de Oea. *Aemilius Frontianus* ascendeu à ordem senatorial e residia em Roma, sendo mencionado, entre os anos de 180-184, como um dos *sacerdotes domus Augustae Palatinae*, isto é, uma magistratura relacionada à execução do culto imperial durante o governo de Cômodo (180-192) (*C.I.L.*, VI, 2010; SALCEDO DE PRADO, 2012, p. 375-380).

Somando-se aos elementos até aqui elencados, pode-se ainda observar o estratagema de ascensão social dos *Aemilii* expresso no próprio interesse de Ponciano no casamento de sua mãe com Apuleio. Aproveitando-se dos contatos privilegiados do autor madaurense, Ponciano ampliaria suas redes de amizade para além da periférica Oea. Não por acaso, Apuleio o havia recomendado ao procônsul da África, Loliano Avito, inferindo-se que a contrapartida legada a Ponciano foi a associação de seu nome e de sua família ao de Apuleio (94, 3-6).

A *commendatio* oferecida por Apuleio a Ponciano o colocaria sob a proteção – enquanto *amicus* – de Loliano Avito. O termo *amicus* designava, na sociedade romana imperial, a relação de “amizade” entre indivíduos das ordens superiores, mas nem sempre com posições sociais equivalentes. A *amicitia* entre Ponciano – um equestre provincial – e o procônsul da África, Loliano Avito – pertencente à ordem senatorial –, possivelmente se encaixaria numa relação protegido/patrono, assim como definido por Saller (1989, p. 61): “[...] um homem sob os cuidados e a proteção de uma pessoa influente (um patrocinador, instrutor ou patrono), que promoveria a sua carreira”.

Em termos práticos, o imperador era o único habilitado a admitir novos membros às ordens superiores, por isso tornava-se imprescindível aos indivíduos que almejavam algum tipo de mobilidade social a aproximação com personagens importantes da sociedade romana e com acesso privilegiado à corte (ALFÖLDY, 1996, p. 152-153; ÁLVAREZ MELERO, 2013, p. 415).⁷ Ponciano poderia projetar, por meio de Apuleio e de uma aproximação com o governador da África Proconsular, uma promoção a cargos importantes dentro do *cursus honorum* equestre e, até mesmo, uma futura elevação à ordem senatorial.⁸

⁶ A epigrafia da cidade de Oea nos proporciona traçar uma limitada árvore genealógica da família dos *Aemilii*. Pode-se observar que *Lucius Aemilius Parocus* foi casado com *Aemilia Calliope*, sendo estes provavelmente os pais de *Lucius Aemilius* e *Sulla Aemilius*. Há também *Lucius Aemilius Celsianus* e *Publius Servilius Pudens*, possivelmente com alguma relação de parentesco com os irmãos *Lucius* e *Sulla*, talvez primos ou mesmo tios deles. Infere-se que esses indivíduos, a despeito de não serem citados nas narrativas de *Apologia*, fossem, em algum grau, aparentados com *Aemilia Pudentila* (*I.R.T.*, 230; 240; 241).

⁷ Acerca da elevação das elites norte-africanas às ordens equestre e senatorial, ver Salcedo de Prado (2012; 2013), Corbier (2005) e Birley (2002).

⁸ Os *homines novi* da ordem senatorial eram preferencialmente indivíduos provenientes das ordens mais elevadas das cidades do império, muito frequentemente filhos de ilustres equestres, que obtinham na juventude e por eleição do próprio Senado o direito de ocupar um posto senatorial inferior (*ius honorum*). A esses se juntavam indivíduos provenientes da ordem equestre com uma bem-sucedida carreira no exército ou na administração imperial, admitidos no ordo senatorial como *adlecti in amplissimum ordinem* (ALFÖLDY, 1996, p. 163-164).

Não se deve, por fim, negligenciar o fato de que, à época, Oea vivenciava um processo de ascensão de seu *status* cívico.⁹ Entre 157 e 159, período do imbróglgio envolvendo Apuleio, a cidade ainda possuía o título de *municipium*, alcançando o nível de colônia romana em 163 (*I.R.T.*, 230; Apul., *Apol.*, 72, 1-3). As diferentes posições assumidas pelos *Aemilii* e pelos *Sicinii* têm que ser compreendidas dentro desse cenário político, que provavelmente gerou conflitos e impasses diversos. Para Sicínio Emiliano e Pudente, talvez fosse mais vantajoso assumir uma postura conservadora, usufruindo a riqueza proporcionada pela inserção de Oea na economia imperial, como também a cidadania romana associada ao fato de pertencerem ao *ordo decurionum* local, ao mesmo tempo que rejeitavam a formação política nos moldes da *paideia* greco-romana.¹⁰ Em relação a Emilia Pudentila e a seu filho mais velho, a ascensão a escalões elevados da hierarquia social provavelmente fazia parte integrante de sua estratégia política familiar, iniciativa que, ao que parece, foi bem-sucedida, como demonstram os exemplos de *Lucius Aemilius* e *Aemilius Frontianus*. Na perspectiva dos *Aemilii*, o prestígio de alçarem seus membros às ordens superiores da sociedade romana era imperativo de um estratagema que ultrapassava as fronteiras das alianças locais e inviabilizava a própria manutenção dos laços familiares que os uniam com os *Sicinii*, sendo esse um dos móveis principais do casamento de Emília Pudentila com Apuleio.

Percebe-se, mediante o exemplo de Oea em meados do século II, o quão plural poderiam ser as elites cidadinas provinciais. O caso que Apuleio narra em *Apologia* demonstra a heterogeneidade de posições, táticas e estratégias empreendidas pela aristocracia norte-africana diante das novas possibilidades abertas pelo advento da conquista romana na Tripolitânia. Tal acontecimento revela um processo multifacetado em termos de significados, mecanismos e interesses, no qual grupos de uma mesma elite adotavam maneiras diversas de lidar e interagir com o processo de romanização em curso, o qual deve ser pensado como flexível o bastante para abarcar as distintas formas de experimentação da

⁹ As fontes disponíveis acerca de Oea dificultam consideravelmente uma datação precisa acerca de sua elevação na hierarquia urbana imperial. A primeira denominação de Oea como colônia romana foi efetuada no ano 185, em um templo erguido em homenagem a Cômodo (180-192) e cujo texto epigráfico referia-se ao culto ao gênio colonial da cidade (*I.R.T.*, 230). Alguns dados, contudo, indicam que tal concessão pode ter ocorrido em época anterior. Antes de 185, já havia, na cidade, magistrados típicos de uma colônia romana. Apuleio, em 159, cita a existência de um *quaestor publicus* (Apul., *Apol.*, 101, 7). Fontes epigráficas da década de 160 também informam acerca da ocorrência de sacerdotes municipais, tais como *flamines perpetui* e *pontifices* (*I.R.T.*, 232; 233; 237; 235). Tomando o exemplo de Lepcis, onde foi erigido um arco do triunfo para comemorar a ascensão à categoria de colônia, é mais prudente datar a elevação de Oea a tal *status* no ano de 163. Nessa data, é dedicado, na cidade, um arco do triunfo em homenagem a Marco Aurélio e Lúcio Vero, construído às expensas de Caio Calpurniano Celso, que se proclamava *duumvir quinquennialis*, isto é, a mais importante magistratura existente numa colônia romana (*I.R.T.*, 232).

¹⁰ Se forem considerados os dados que são apresentados em *Prosopographia Imperii romani* (S., 699), uma coletânea que reúne as personagens citadas em diferentes tipos de fontes da época romana – epigráfica, numismática e literária –, vê-se a existência de um *Sicinius*, nos anos de 202 a 205, entre os membros da ordem senatorial. Trata-se de Q. *Sicinius Clarus*, propretor da Trácia e que se diz proveniente da Tripolitânia. Fora o fato de ser homônimo de *Sicinius Clarus* – cunhado de Pudentila – e de ser natural da Tripolitânia, nenhum dado a mais relaciona Q. *Sicinius Clarus* aos *Sicinii* de Oea, sendo o parentesco entre eles uma interpretação especulativa, haja vista a possibilidade da existência de diferentes famílias *Sicinii* nas diferentes *civitates* locais. Além disso, entre os *Sicinii* das diversas cidades tripolitanas não havia, necessariamente, qualquer tipo de consanguinidade, dado que, na maioria dos casos dos nomes gentílicos norte-africanos, sua designação se relacionava a homenagens a influentes patronos imperiais, tais como o próprio imperador ou membros destacados da ordem senatorial (MATTINGLY, 1994, p. 58). Para uma análise favorável ao parentesco de Q. *Sicinius Clarus* como os *Sicinii* de Oea, ver Birley (2002, p. 142), Guey (1954, p. 119) e Bradley (2012a, p. 5).

identidade romana. Nesse sentido, ser romano representava algo repleto de possibilidades, um discurso aberto a várias interpretações, sendo a sociedade romana imperial uma entidade heterogênea, na qual, segundo Hingley (2010b, p. 78), os “diversos grupos de indivíduos atuavam diferentemente no intuito de se tornarem romanos”.

Referências

Documentação primária impressa

APULÉE. *Apologie et Florides*. Introduction et traduction de Paul Valette. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

_____. *Opuscles philosophiques et fragments*. Texte établi, traduit et commenté par Jean Beaujeu. Paris: Les Belles Lettres, 1973.

APULEIUS. *Metamorphoses: books I-VI*. Translated and introduction by J. Arthur Hanson. London: Loeb Classical Library, 1989.

_____. *Metamorphoses: books VII-XI*. Translated by J. Arthur Hanson. London: Loeb Classical Library, 1989.

Documentação arqueológica

CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM: vol. VIII/ vol. VI. Berlin: Academy of Sciences and Humanities, 1881.

INSCRIPTIONS OF ROMAN TRIPOLITANIA. Rome: British School at Rome, 1952.

Obras de Apoio

ALFÖLDY, G. *Historia social de Roma*. Madri: Alianza Editorial, 1996.

ÁLVAREZ MELERO, A. De la curia municipal a los estamentos superiores: el papel de la mujer en los procesos de promoción social. In: MELCHOR GIL, E.; PÉREZ ZURITA, A. D.; RODRÍGUEZ NEILA, J. F. (Orgs.). *Senadores municipales y decuriones en el occidente romano*. Cordoba: Universidad de Cordoba, 2013, p. 413-436.

ÁLVAREZ MELERO, A. De la curia municipal a los estamentos superiores: el papel de la mujer en los procesos de promoción social. In: MELCHOR GIL, E.; PÉREZ ZURITA, A. D.; RODRÍGUEZ NEILA, J. F. (Orgs.). *Senadores municipales y decuriones en el occidente romano*. Cordoba: Universidad de Cordoba, 2013, p. 413-436.

BERTRANDY, F. Recherches sur les Aemilii d'Afrique proconsulaire et de Numidie. *Ancient Society*, Leuven, v. 25, p. 189-210, 1994.

BIRLEY, A. R. *Septimus Severus: the african emperor*. London and New York: Routledge, 2002.

BRADLEY, K. Law, magic and culture in Apuleius's Apology. In: _____. *Apuleius and Antonine Rome: historial essays*. Toronto: University of Toronto Press, 2012, p. 3-22.

BUSTAMANTE, R. M. da C.; DAVIDSON, J.; MENDES, N. M. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, Niterói, v. 9, n. 18, p. 17-41, 2005.

CORBIER, M. Family and kinship in roman Africa. In: GEORGE, M. *The roman Family in the empire: Rome, Italy and beyond*. New York: Oxford University, 2005, p. 255-285.

DILLON, J. *The middle platonists*. London: Duckworth, 1977.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 (primeira edição em 1976).

GUEY, J. L'Apologie d'Apulée et les inscriptions de Tripolitaine. *Revue des Études latines*, n. 32, p. 115-119, 1954.

HAHN, J. Philosophy as socio-political upbringing. In: PEACHIN, M. (Ed.). *The Oxford handbook of social relations in the roman world*. Oxford: Oxford University, 2011, p. 119-143.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. El sofista Apuleyo de Madaura y la memoria: construcción de la imagen de su esposa Emilia Pudentila, una aristócrata africana. *Studia Histórica*, Salamanca, v. 29, p. 197-221, 2011.

HINGLEY, R. Diversidade e unidade culturais: império e Roma. In: _____. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010b, p. 67-104.

HINGLEY, R. O legado de Roma: ascensão, declínio e queda da teoria da romanização. In: _____. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010a, p. 27-48.

HUSKINSON, J. Elite culture and the identity of empire. In: _____. (Org.) *Experiencing Rome: culture, identity and power in the roman empire*. New York: Routledge, 2000a, p. 95-124.

HUSKINSON, J. Looking for culture, identity and power. In: _____. *Experiencing Rome: culture, identity and power in the roman empire*. New York: Routledge, 2000b, p. 3-28.

LENDON, J. E. Roman honor. In: PEACHIN, M. (Ed.). *The Oxford handbook of social relations in the roman world*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 377-403.

LIMA NETO, B. M. *Entre a filosofia e a magia: o caso da estigmatização de Apuleio na África romana (século II d.C.)*. Curitiba: Prismas, 2016.

MATTINGLY, D. J. From one colonialism to another: imperialism and the Maghreb. In: COOPER, N.; WEBSTER, J. (Eds.). *Roman imperialism: post-colonial perspectives*. Leicester: University of Leicester, 1996, p. 49-69.

MATTINGLY, D. J. *Tripolitania*. Michigan: University of Michigan Press, 1994.

MENDES, N. M. Centralização e integração na experiência imperial romana: uma reflexão. *Phoînix*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 257-274, 2004.

MONTEMAYOR ACEVES, M. E. Leyes contra el crimen de magia: la Apología de Apuleyo. *Nova Tellus*, Ciudad del Mexico, n. 2, v. 26, p. 201-222, 2008.

REVELL, L. *Roman imperialism and local identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SALCEDO DE PRADO, I. La ascendencia decurional de los caballeros de la Tripolitania. In: MELCHOR GIL, E.; PÉREZ ZURITA, A. D.; RODRÍGUEZ NEILA, J. F. (Orgs.). *Senadores municipales y decuriones en el occidente romano*. Cordoba: Universidad de Cordoba, 2013, p. 345-374.

SALCEDO DE PRADO, I. La participación de los senadores de origen africano en los sacerdocios publicos de Roma. *Historia antigua*, Córdoba, v. 25, p. 355-384, 2012a.

SALLER, R. Patronage and friendship in early imperial Rome: drawing the distinction. In: WALLACE-HADRILL, A. (Ed.). *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1989, p. 49-62.

SALLER, R. Status and patronage. In: BOWMAN, A. K.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D. (Eds.). *The Cambridge ancient history: the high empire (70-192)*. Cambridge: Cambridge University, 2008, p. 817-854.

SILVA, G. V. da. A formação dos cidadãos do céu: João Crisóstomo e a christon paideia. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 32, n. 1, p. 7-17, 2010.

SMITH, C. J. *The roman clan: the gens from ancient ideology to modern anthropology*. New York: Cambridge University Press, 2006.

SYME, R. Proconsuls d'Afrique sous Antonin le Pieux. In: BADIEN, E. (Ed.). *Roman papers*. Oxford: Clarendon Press, 1979, p. 461-469.